

SUMÁRIO

Nota à 13ª edição, 21
Nota à 12ª edição, 22
Nota à 11ª edição, 23
Nota à 10ª edição, 24
Nota à 9ª edição, 25
Nota à 8ª edição, 26
Nota à 7ª edição, 27
Nota à 6ª edição, 28
Nota à 5ª edição, 29
Nota à 4ª edição, 30
Nota à 3ª edição, 31
Nota à 2ª edição, 32
Prefácio à 1ª edição, 33

1 DIREITO CONSTITUCIONAL, 35

- 1 Constitucionalismo, 35
- 2 Conceito de constituição, 36
- 3 Classificação das constituições, 37
 - 3.1 Quadro geral, 37
 - 3.2 Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais, 37
 - 3.3 Quanto à forma: constituições escritas e não escritas, 38
 - 3.4 Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas, 38
 - 3.5 Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas, 39
 - 3.6 Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semi-rígidas, 39
 - 3.7 Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias), 40
 - 3.8 Constituição Federal de 1988, 40
 - 3.9 Outras classificações, 40
- 4 Aplicabilidade das normas constitucionais, 41
 - 4.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, 41
 - 4.2 Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação, 41
 - 4.3 Normas programáticas, 43
- 5 Interpretação das normas constitucionais, 43

- 5.1 Interpretação conforme a Constituição, 45
- 5.2 Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, 47
- 6 Preâmbulo constitucional, 48
- 7 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 50
- 8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 51
- 9 Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil, 52
 - 9.1 Asilo político, 52
- 2 PODER CONSTITUINTE, 54
 - 1 Conceito e finalidade, 54
 - 2 Titularidade do poder constituinte, 54
 - 3 Espécies de poder constituinte, 55
 - 4 Poder constituinte originário, 55
 - 4.1 Conceito, 55
 - 4.2 Formas de expressão do poder constituinte originário, 55
 - 4.3 Características do poder constituinte originário, 56
 - 5 Poder constituinte derivado, 56
 - 5.1 Conceito e características, 56
 - 5.2 Espécies de poder constituinte derivado, 57
- 3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 58
 - 1 Finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa, 58
 - 1.1 Classificação dos direitos fundamentais, 59
 - 2 Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 60
 - 2.1 Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, 60
 - 3 Direitos e garantias individuais, 61
 - 3.1 Diferenciação entre direitos e garantias individuais, 61
 - 3.2 Direitos fundamentais e garantias institucionais, 62
 - 4 Destinatários da proteção, 62
 - 5 Direito à vida, 63
 - 6 Princípio da igualdade, 64
 - 6.1 Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público, 66
 - 6.2 Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I), 67
 - 6.2.1 Critérios de admissão para concurso público, 67
 - 6.2.2 Critérios para admissão de emprego, 67
 - 6.2.3 Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto, 67
 - 7 Princípio da legalidade, 69
 - 7.1 Princípios da legalidade e da reserva legal, 69
 - 8 Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII), 71
 - 9 Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V), 72
 - 10 Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII), 72
 - 10.1 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo, 73
 - 10.2 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 74
 - 10.3 Limitações ao livre exercício do culto religioso, 75
 - 10.4 Religião e cultura, 75
 - 10.5 Assistência religiosa, 75
 - 11 Indenização por dano material, moral ou à imagem, 76
 - 11.1 Direito de resposta ou de réplica, 77
 - 12 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX), 78

- 13 Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem, 79
- 14 Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI), 81
 - 14.1 Questão do dia e da noite, 82
 - 14.2 Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional, 82
 - 14.3 Inviolabilidade domiciliar e fisco, 83
- 15 Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII), 84
 - 15.1 Possibilidade de interceptação telefônica, 85
 - 15.2 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas, 86
 - 15.3 Gravação clandestina, 88
- 16 Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal, 90
 - 16.1 Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados, 90
 - 16.2 Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal, 92
 - 16.3 Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público, 94
 - 16.4 Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público, 96
 - 16.5 Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal, 97
 - 16.6 Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo, 97
- 17 Direito de reunião (art. 5º, XVI), 98
 - 17.1 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia, 99
 - 17.2 Tutela do direito de reunião, 100
- 18 Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI), 100
 - 18.1 Finalidade lícita, 100
 - 18.2 Caráter paramilitar, 101
 - 18.3 Vedação de interferência estatal, 101
 - 18.4 Conteúdo do direito de associação, 101
 - 18.5 Dissolução das associações, 102
 - 18.6 Representação dos associados, 102
- 19 Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo poder judiciário (art. 5º, XXXV), 103
 - 19.1 Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, 103
 - 19.2 Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva, 103
 - 19.3 Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição, 104
- 20 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI), 105
 - 20.1 Previdência Social e direitos adquiridos, 107
- 21 Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII), 108
 - 21.1 Justiças especializadas e tribunais de exceção, 108
 - 21.2 Tribunais de ética e tribunais de exceção, 109
- 22 Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII), 109
 - 22.1 Plenitude de defesa, 109
 - 22.2 Sigilo de votações, 109
 - 22.3 Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação, 110
 - 22.4 Competência constitucional do Tribunal de Júri, 110
- 23 Extradicação (art. 5º, LI e LII), 113
 - 23.1 Hipóteses constitucionais para a extradicação, 114
 - 23.2 Requisitos infraconstitucionais para a extradicação, 115
 - 23.3 Procedimento e decisão, 116
 - 23.4 Prisão preventiva por extradicação, 118
 - 23.5 Atuação do judiciário na extradicação, 118
 - 23.6 Extradicação, princípio da especialidade e pedido de extensão, 119
 - 23.7 Extradicação e expulsão, 119

- 23.8 Possibilidade de extradição ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros, 122
- 23.9 Extradição e deportação, 122
- 23.10 Expulsão e deportação de brasileiros, 122
- 23.11 Desnecessidade de comutação da pena de prisão perpétua, 123
- 24 Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (art. 5º, LIV e LV), 123
 - 24.1 Inquérito policial e contraditório, 124
- 25 Provas ilícitas (art. 5º, LVI), 124
 - 25.1 Provas derivadas das provas ilícitas, 127
 - 25.2 Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa), 129
 - 25.3 Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas, 131
- 26 Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII), 132
- 27 Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX), 133
- 28 Prisão civil, 134
- 29 Rol exemplificativo, 135
- 30 Direitos fundamentais e tratados internacionais, 136

4 TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES, 137

- 1 *Habeas corpus*, 137
 - 1.1 Origem, 137
 - 1.2 Conceito e finalidade, 138
 - 1.3 Natureza jurídica, 140
 - 1.4 Garantia constitucional da liberdade de locomoção, 140
 - 1.5 Legitimidade ativa, 142
 - 1.6 Legitimidade passiva, 144
 - 1.7 Hipóteses e espécies, 144
 - 1.7.1 *Habeas corpus* preventivo (salvo-conduto), 144
 - 1.7.2 *Habeas corpus* liberatório ou repressivo, 144
 - 1.7.3 Liminar em *habeas corpus*, 144
 - 1.8 Possibilidade de supressão, 145
 - 1.9 *Habeas corpus* e assistente, 145
 - 1.10 Excesso de prazo, 145
 - 1.11 *Habeas corpus* impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal, 146
 - 1.12 *Habeas corpus* contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais, 146
 - 1.13 *Habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça, 149
 - 1.14 *Habeas corpus* contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais, 149
 - 1.15 *Habeas corpus* contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais, 150
 - 1.16 *Habeas corpus* e recursos ordinários – concomitância, 150
 - 1.17 *Habeas corpus* – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade, 151
 - 1.18 *Habeas corpus* e punições disciplinares militares, 152
 - 1.19 Empate no *habeas corpus*, 152
- 2 *Habeas data*, 153
 - 2.1 Conceito, 153
 - 2.2 Natureza jurídica, 153
 - 2.3 Finalidade, 153
 - 2.4 Cabimento, 154
 - 2.5 Legitimação ativa, 156

- 2.6 Legitimação passiva, 157
- 2.7 Procedimento (Lei nº 9.507/97), 157
- 2.8 Direito ao conhecimento e à retificação, 159
- 2.9 Competência, 160
- 2.10 *Habeas data* e dados sigilosos, 161
- 3 Mandado de segurança, 163
 - 3.1 Conceito e finalidade, 163
 - 3.2 Espécies, 163
 - 3.3 Natureza jurídica, 164
 - 3.4 Cabimento do mandado de segurança, 164
 - 3.5 Conceito de direito líquido e certo, 166
 - 3.6 Legitimação ativa – impetrante, 166
 - 3.7 Legitimação passiva – impetrado, 168
 - 3.8 Prazo para impetração do mandado de segurança, 169
 - 3.9 Competência, 170
 - 3.10 Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais, 170
 - 3.11 Mandado de segurança e liminares, 171
- 4 Mandado de segurança coletivo, 173
 - 4.1 Conceito, 173
 - 4.2 Finalidade, 173
 - 4.3 Objeto, 173
 - 4.4 Legitimação ativa e passiva, 174
 - 4.5 Beneficiários, 177
 - 4.6 Mandado de segurança coletivo e individual, 178
- 5 Mandado de injunção, 178
 - 5.1 Histórico, 178
 - 5.2 Conceito, 179
 - 5.3 Objeto do mandado de injunção, 179
 - 5.4 Requisitos, 181
 - 5.5 Legitimidade ativa, 181
 - 5.6 Legitimidade passiva, 181
 - 5.7 Procedimento, 182
 - 5.8 Competência, 182
 - 5.9 Decisão e efeitos do mandado de injunção, 184
- 6 Direito de certidão, 189
- 7 Direito de petição, 190
 - 7.1 Histórico e conceito, 190
 - 7.2 Natureza, 190
 - 7.3 Legitimidade ativa e passiva, 190
 - 7.4 Finalidade, 191
- 8 Ação popular, 191
 - 8.1 Conceito, 191
 - 8.2 Finalidade, 192
 - 8.3 Requisitos, 192
 - 8.4 Objeto, 192
 - 8.5 Legitimação ativa, 193
 - 8.6 Legitimação passiva, 194
 - 8.7 Natureza da decisão, 195
 - 8.8 Competência, 195
 - 8.9 Sentença e coisa julgada, 195
- 9 Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, 196

- 5 DIREITOS SOCIAIS, 202
 - 1 Conceito e abrangência, 202
 - 2 Direito à segurança no emprego, 203
 - 3 Rol dos direitos sociais, 204
 - 4 Liberdade de associação profissional ou sindical, 207
 - 4.1 Conceituação, 207
 - 4.2 Classificação dos direitos sindicais, 207
 - 4.3 Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade, 209
 - 5 Direito de greve, 210

- 6 DIREITO DE NACIONALIDADE, 213
 - 1 Conceito, 213
 - 2 Definições relacionadas à matéria, 213
 - 3 Espécies de nacionalidade, 214
 - 4 Brasileiros natos, 214
 - 4.1 Critérios de atribuição de nacionalidade originária, 214
 - 5 Hipóteses de aquisição originária, 215
 - 5.1 Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, 215
 - 5.2 Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, 216
 - 5.3 Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, 217
 - 5.4 Opção, 218
 - 5.5 Hipótese suprimida pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7-6-1994 – *ius sanguinis* + registro, 219
 - 6 Brasileiro naturalizado, 220
 - 6.1 Espécies de naturalização, 220
 - 6.1.1 Naturalização tácita ou grande naturalização, 221
 - 6.1.2 Naturalização expressa, 221
 - 6.2 Radicação precoce e curso superior, 224
 - 7 Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 225
 - 7.1 Brasileiro nato e naturalizado – diferenças, 226
 - 7.2 Cargos, 226
 - 7.3 Função, 227
 - 7.4 Extradicação, 227
 - 7.5 Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação, 227
 - 8 Perda do direito de nacionalidade, 228
 - 8.1 Ação de cancelamento de naturalização, 229
 - 8.2 Naturalização voluntária, 229
 - 8.2.1 Regra constitucional, 229
 - 8.2.2 Exceções constitucionais, 230

- 7 DIREITOS POLÍTICOS, 232
 - 1 Conceito, 232
 - 2 Direitos políticos, 232
 - 3 Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio, 233
 - 3.1 Conceituação, 233
 - 3.2 Classificação, 234
 - 4 Capacidade eleitoral ativa, 234
 - 5 Direito de voto, 235

- 5.1 Natureza do voto, 235
- 5.2 Caracteres do voto, 235
- 6 Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto, 237
- 7 Elegibilidade, 237
 - 7.1 Conceito, 237
 - 7.2 Condições, 237
- 8 Direitos políticos negativos, 239
 - 8.1 Conceito, 239
 - 8.2 Inelegibilidades, 239
 - 8.3 Quadro de inelegibilidades, 240
 - 8.4 Inelegibilidade absoluta, 240
 - 8.5 Inelegibilidade relativa, 240
 - 8.5.1 Por motivos funcionais, 241
 - 8.5.2 Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade, 251
 - 8.5.2.1 Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo, 253
 - 8.5.3 Militar, 254
 - 8.5.4 Previsões de ordem legal, 254
- 9 Privação dos direitos políticos, 255
 - 9.1 Perda, 256
 - 9.1.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º), 256
 - 9.1.2 Escusa de consciência, 256
 - 9.1.3 Outros casos de perda, 257
 - 9.2 Suspensão, 258
 - 9.2.1 Incapacidade civil absoluta, 258
 - 9.2.2 Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos, 258
 - 9.2.3 Improbidade administrativa, 263
- 10 Partidos políticos, 264
- 11 Língua e símbolos oficiais, 265

8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, 266

- 1 Regras de organização, 266
 - 1.1 Adoção da federação, 266
 - 1.2 Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 268
 - 1.3 Capital Federal, 268
 - 1.4 União, 269
 - 1.5 Estados-membros, 270
 - 1.5.1 Autonomia estadual, 270
 - 1.5.2 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, 273
 - 1.6 Municípios, 273
 - 1.6.1 Lei orgânica municipal, 274
 - 1.6.2 Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política, 276
 - 1.6.3 Vereadores – imunidade material, 280
 - 1.7 Distrito Federal, 281
 - 1.8 Territórios, 282
 - 1.9 Formação dos Estados, 282
 - 1.9.1 Fusão (incorporação entre si), 283
 - 1.9.2 Subdivisão, 283
 - 1.9.3 Desmembramento, 284
 - 1.10 Formação de municípios, 284

- 1.11 Vedações constitucionais de natureza federativa, 285
- 2 Repartição de competências, 287
 - 2.1 Conceito, 287
 - 2.2 Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse, 287
 - 2.3 Repartição em matéria administrativa, 288
 - 2.3.1 Quadro geral, 288
 - 2.3.2 Competências administrativas da União, 288
 - 2.3.3 Competências administrativas dos Estados-membros, 290
 - 2.3.4 Competências administrativas dos municípios, 290
 - 2.3.5 Competências administrativas do Distrito Federal, 291
 - 2.3.6 Competência administrativa comum, 291
 - 2.4 Repartição em matéria legislativa, 292
 - 2.4.1 Quadro geral de repartição de competência legislativa, 292
- 3 Intervenção, 303
 - 3.1 Parte geral, 303
 - 3.2 Intervenção federal, 305
 - 3.2.1 Quadro geral, 305
 - 3.2.2 Hipóteses, 305
 - 3.2.3 Procedimento de intervenção federal, 306
 - 3.3 Intervenção estadual nos municípios, 309
- 9 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 310
 - 1 Conceito, 310
 - 2 Princípios constitucionais da administração pública, 311
 - 2.1 Princípio da legalidade, 311
 - 2.2 Princípio da impessoalidade, 312
 - 2.3 Princípio da moralidade, 312
 - 2.4 Princípio da publicidade, 314
 - 2.5 Princípio da eficiência, 314
 - 2.5.1 Introdução, 314
 - 2.5.2 Princípio da eficiência e direito comparado, 315
 - 2.5.3 Conceito, 316
 - 2.5.4 Características do princípio da eficiência, 318
 - 2.5.5 Aplicabilidade e fiscalização, 321
 - 3 Preceitos de observância obrigatória a administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, 323
 - 3.1 Fixação do teto salarial do funcionalismo, 326
 - 4 Concurso público, 327
 - 5 Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve), 331
 - 6 Servidor público e data-base – princípio da periodicidade, 334
 - 7 Cumulação de vencimentos no setor público, 335
 - 8 Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional, 338
 - 8.1 Da necessidade da licitação, 338
 - 8.2 Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação, 339
 - 8.3 Da dispensa da licitação, 340
 - 8.4 Da inexigibilidade da licitação, 340
 - 8.5 Conclusão, 340
 - 9 Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, 341
 - 10 Improbidade administrativa, 344
 - 11 Ação civil pública por ato de improbidade, 344
 - 12 Responsabilidade civil objetiva do poder público, 346

- 12.1 Responsabilidade civil do poder público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino, 349
 - 13 Servidor público e mandato eletivo, 349
 - 14 Sistema remuneratório do servidor público, 350
 - 15 Regra geral de aposentadoria do servidor público civil, 352
 - 15.1 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 354
 - 15.1.1 Regra de transição e magistrados, membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, 355
 - 15.1.2 Regra de transição para professor, 356
 - 15.2 Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 356
 - 15.3 Emenda Constitucional nº 20/98 e o respeito aos direitos adquiridos, 356
 - 16 Estabilidade do servidor público civil, 357
 - 17 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 359
 - 18 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil, 360
 - 18.1 Cargo público civil permanente, 360
 - 18.2 Cargo, emprego ou função pública temporária, 361
 - 19 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais, 361
 - 20 Emenda Constitucional nº 19/98 e respeito aos direitos adquiridos, 362
- 10 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 369
- 1 Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais, 369
 - 1.1 Introdução, 369
 - 1.2 Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 370
 - 1.3 Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público, 373
 - 1.4 Conclusão inicial, 374
 - 2 Poder legislativo, 375
 - 2.1 Funções, 375
 - 2.2 Congresso Nacional, 375
 - 2.3 Câmara dos Deputados, 378
 - 2.3.1 Suplência e permanência no partido, 380
 - 2.4 Senado Federal, 380
 - 2.5 Função típica – fiscalização. Comissões parlamentares de inquérito, 382
 - 2.5.1 Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito, 383
 - 2.6 Tribunal de Contas, 391
 - 2.6.1 Conceito, funções e finalidades, 391
 - 2.6.2 Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3), 392
 - 2.6.3 Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais, 393
 - 2.6.4 Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo, 395
 - 2.7 Estatuto dos congressistas, 395
 - 2.7.1 Introdução, 395
 - 2.7.2 Finalidade democrática, 396
 - 2.7.3 Histórico, 396
 - 2.7.4 Conceito de imunidades, 400
 - 2.7.5 Imunidades materiais, 400
 - 2.7.6 Imunidade formal – definição histórica, 404
 - 2.7.7 Imunidade formal em relação à prisão, 405
 - 2.7.8 Imunidade formal em relação ao processo nos crimes praticados após a diplomação, 406

- 2.7.9 Prerrogativa de foro em razão da função, 412
- 2.7.10 Vencimentos dos parlamentares, 413
- 2.7.11 Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas, 414
- 2.7.12 Parlamentar e obrigação de testemunhar, 414
- 2.7.13 Irrenunciabilidade das imunidades, 414
- 2.7.14 Imunidades e Parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado), 415
- 2.7.15 Incompatibilidades, 415
- 2.7.16 Perda do mandato, 416
- 2.7.17 Conclusão, 418

3 Poder executivo, 420

- 3.1 Estrutura do Poder Executivo, 421
 - 3.1.1 Chefe de Estado e Chefe de Governo, 421
 - 3.1.2 Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República, 421
 - 3.1.3 Vacância da Presidência da República, 424
 - 3.1.4 Atribuições do Presidente da República, 425
 - 3.1.5 Vice-presidente da República, 427
 - 3.1.6 Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional, 427
- 3.2 Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República, 429
 - 3.2.1 Crimes de responsabilidade, 430
 - 3.2.2 Crimes comuns, 441

* 4 Poder judiciário, 446

- 4.1 Conceito, 446
- 4.2 Quadro de organização estrutural, 448
- 4.3 Funções típicas e atípicas, 448
- 4.4 Garantias do Poder Judiciário, 449
 - 4.4.1 Garantias institucionais, 450
 - 4.4.2 Garantias aos membros, 453
 - 4.4.3 Independência do Poder Judiciário e controle externo, 455
 - 4.4.4 Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário, 457
- 4.5 Organização do Poder Judiciário, 458
 - 4.5.1 Fixação de subsídios do Poder Judiciário, 460
- 4.6 Escolha dos membros dos Tribunais Superiores, 461
 - 4.6.1 Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF), 461
 - 4.6.2 Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF), 463
 - 4.6.3 Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF), 464
 - 4.6.4 Tribunal Superior do Trabalho (art. 111 da CF), 464
 - 4.6.5 Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF), 465
- 4.7 Distribuição de competências jurisdicionais, 466
 - 4.7.1 Supremo Tribunal Federal, 466
 - 4.7.2 Superior Tribunal de Justiça, 475
 - 4.7.3 Justiça do Trabalho, 478
 - 4.7.4 Justiça Eleitoral, 481
 - 4.7.5 Justiça Militar, 481
 - 4.7.6 Justiça Federal, 482
 - 4.7.7 Justiça Estadual, 484
 - 4.7.8 Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: REGRA DO "QUINTO CONSTITUCIONAL", 484
- 4.8 Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal), 485

- 4.9 Disciplina constitucional dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública – Regra dos precatórios judiciais, 488
- 5 Ministério Público, 490
 - 5.1 Histórico, 490
 - 5.2 Origem e desenvolvimento no Brasil, 490
 - 5.3 Posicionamento constitucional, 494
 - 5.4 Conceito, 496
 - 5.5 Princípios do Ministério Público, 496
 - 5.5.1 Unidade, 496
 - 5.5.2 Indivisibilidade, 496
 - 5.5.3 Princípio da independência ou autonomia funcional, 496
 - 5.5.4 Princípio do promotor natural, 497
 - 5.6 Funções, 498
 - 5.7 Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão, 501
 - 5.8 Garantias do Ministério Público, 502
 - 5.8.1 Garantias da instituição, 503
 - 5.8.2 Garantias dos membros, 507
 - 5.9 Vedações constitucionais, 509
 - 5.10 Exercício da política partidária, salvo as exceções previstas em lei, 509
 - 5.11 Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, 511
 - 5.12 Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, 516
- 6 Advocacia pública, 518
- 7 Advocacia, 519
 - 7.1 Indispensabilidade do advogado, 519
 - 7.2 Imunidade do advogado, 519
- 8 Defensoria pública, 520
- 9 Questões processuais – foro privilegiado: aplicabilidade da Lei nº 9.099/95 às infrações penais cometidas por autoridades com foro privilegiado, 521
 - 9.1 Representação nos crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa e suspensão condicional do processo, 521
 - 9.2 Suspensão condicional do processo, 522
 - 9.3 Juizados Especiais na Justiça Federal, 523
- 11 PROCESSO LEGISLATIVO, 524
 - 1 Conceito, 524
 - 2 Noções gerais, 525
 - 2.1 Conceitos iniciais, 525
 - 2.2 Processos legislativos, 526
 - 2.2.1 Classificação em relação às formas de organização política, 526
 - 2.2.2 Classificação em relação à seqüência das fases procedimentais, 527
 - 3 Processo legislativo ordinário, 527
 - 3.1 Fase introdutória, 528
 - 3.1.1 Iniciativa de lei do poder judiciário, 528
 - 3.1.2 Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61, 529
 - 3.1.3 Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, 531
 - 3.1.4 Vício de iniciativa e sanção, 531
 - 3.1.5 Iniciativa de lei do Ministério Público, 532
 - 3.1.6 Iniciativa popular de lei, 533
 - 3.1.7 Iniciativa conjunta de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial), 533

- 3.2 Fase constitutiva, 534
 - 3.2.1 Deliberação parlamentar, 534
 - 3.2.2 Deliberação executiva, 538
- 3.3 Fase complementar, 541
 - 3.3.1 Promulgação, 541
 - 3.3.2 Publicação, 541
- 4 Espécies normativas, 542
 - 4.1 Emendas constitucionais, 542
 - 4.1.1 Quadro geral sobre limitações ao poder reformador, 544
 - 4.1.2 Limitações expressas, 544
 - 4.1.3 Limitações implícitas, 547
 - 4.2 Lei complementar, 548
 - 4.2.1 Lei complementar e lei ordinária – diferenças, 548
 - 4.2.2 Processo legislativo especial da lei complementar, 549
 - 4.2.3 Hierarquia – lei complementar e lei ordinária, 549
 - 4.3 Medidas provisórias, 550
 - 4.3.1 Procedimento da medida provisória – aprovação integral, 551
 - 4.3.2 Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações, 553
 - 4.3.3 Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional, 553
 - 4.3.4 Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 60 dias pelo Congresso Nacional, 554
 - 4.3.5 Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada, 555
 - 4.3.6 Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto, 555
 - 4.3.7 Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória, 556
 - 4.3.8 Medidas provisórias e controle de constitucionalidade, 556
 - 4.3.9 Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias, 559
 - 4.3.10 Medida provisória e decreto-lei, 560
 - 4.3.11 Limites materiais à edição de medidas provisórias, 561
 - 4.4 Lei delegada, 566
 - 4.4.1 Natureza jurídica, 566
 - 4.4.2 Processo legislativo especial da lei delegada, 566
 - 4.4.3 O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada, 568
 - 4.5 Decreto legislativo, 568
 - 4.5.1 Conceito, 568
 - 4.5.2 Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo, 568
 - 4.5.3 Decreto legislativo e tratados e atos internacionais, 569
 - 4.6 Resolução, 572
 - 4.6.1 Conceito, 572
 - 4.6.2 Espécies, 572
 - 4.6.3 Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções, 572
 - 4.7 Leis orçamentárias, 573
 - 4.7.1 Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, 574
 - 4.7.2 Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias, 575
 - 4.7.3 Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária, 575

- 12 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, 577
 - 1 Idéia central, 577
 - 2 Conceito, 579
 - 3 Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, 579
 - 3.1 Requisitos formais, 579
 - 3.1.1 Subjetivos, 579
 - 3.1.2 Objetivos, 580
 - 3.2 Requisitos substanciais ou materiais, 580
 - 4 O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo poder executivo, 580
 - 5 Espécies de controle de constitucionalidade, 581
 - 5.1 Em relação ao momento de realização, 581
 - 5.2 Controle repressivo em relação ao órgão controlador, 581
 - 5.2.1 Político, 581
 - 5.2.2 Judiciário ou jurídico, 582
 - 5.2.3 Misto, 582
 - 5.3 Modelos clássicos de controle de constitucionalidade, 582
 - 6 Controle preventivo, 584
 - 6.1 Comissões de constituição e justiça, 584
 - 6.2 Veto jurídico, 585
 - 7 Controle repressivo de constitucionalidade, 585
 - 8 Controle repressivo realizado pelo poder legislativo, 585
 - 8.1 Art. 49, V, da Constituição Federal, 585
 - 8.2 Art. 62 da Constituição Federal, 586
 - 9 Controle repressivo realizado pelo poder judiciário, 586
 - 9.1 Difuso ou aberto, 587
 - 9.1.1 Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário, 590
 - 9.1.2 Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF), 591
 - 9.1.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso, 593
 - 9.1.4 Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, 593
 - 9.1.5 Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 596
 - 9.1.6 Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 598
 - 9.2 Controle concentrado ou via de ação direta, 605
 - 10 Ação direta de inconstitucionalidade genérica, 607
 - 10.1 Competência, 607
 - 10.2 Objeto, 607
 - 10.2.1 Conceito de leis e atos normativos, 608
 - 10.2.2 Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias, 610
 - 10.2.3 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das constituições estaduais, 610
 - 10.2.4 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, 611
 - 10.2.5 Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal, 611
 - 10.2.6 Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal, 612
 - 10.2.7 Controle concentrado e respeito à legalidade, 612
 - 10.2.8 Tratados internacionais e controle de constitucionalidade, 612
 - 10.2.9 Controle de constitucionalidade e decretos, 614
 - 10.3 Legitimação, 615

- 10.3.1 Adin e pertinência temática, 615
- 10.3.2 Adin e entidades de classe ou confederações sindicais, 616
- 10.3.3 Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, 616
- 10.3.4 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 617
- 10.4 Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade, 618
- 10.5 Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, 618
- 10.6 Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial, 620
- 10.7 Advogado-Geral da União, 620
- 10.8 Procedimento, 621
- 10.9 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado, 624
 - 10.9.1 Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade, 628
- 11 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 629
- 12 Ação de inconstitucionalidade por omissão, 631
 - 12.1 Finalidade, 631
 - 12.2 Objeto, 631
 - 12.3 Inconstitucionalidade por omissão, 631
 - 12.3.1 Legitimidade e procedimento, 632
 - 12.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal, 633
 - 12.5 Adin por omissão e medida liminar, 633
- 13 Ação declaratória de constitucionalidade, 634
 - 13.1 Previsão, 634
 - 13.2 Finalidade, 635
 - 13.3 Legitimidade, 635
 - 13.4 Objeto, 636
 - 13.5 Procedimento e julgamento, 636
 - 13.6 Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, 640
- 14 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 641
 - 14.1 Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva, 644
 - 14.2 Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 645
- 13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, 647
 - 1 Estado de defesa e estado de sítio, 647
 - 1.1 Quadro comparativo: estado de defesa e estado de sítio, 648
 - 2 Forças armadas, 651
 - 3 Segurança pública, 652
- 14 ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA, 655
 - 1 Dos princípios gerais da atividade econômica, 655
 - 2 Intervenção do Estado no domínio econômico, 657
 - 3 Da política urbana, 658
 - 3.1 Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano, 658
 - 3.2 Usucapião constitucional de área urbana, 658
 - 4 Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, 658
 - 4.1 Preceitos da política agrícola, 658
 - 4.2 Destinação das terras públicas e devolutas, 659
 - 4.3 Reforma agrária, 660
 - 4.4 Usucapião constitucional de área rural, 661
 - 5 Do sistema financeiro nacional, 661
- 15 ORDEM SOCIAL, 663
 - 1 Seguridade social, 663
 - 1.1 Parte geral, 663

- 1.1.1 Conceito, 663
- 1.1.2 Objetivos, 664
- 1.2 Saúde, 664
 - 1.2.1 Conceito, 664
 - 1.2.2 Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde, 665
 - 1.2.3 Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde, 665
- 1.3 Previdência social, 666
 - 1.3.1 Plano de previdência social, 666
 - 1.3.2 Regras sobre aposentadoria, 667
 - 1.3.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 668
 - 1.3.4 Regra de transição para professor, 669
 - 1.3.5 Regime de previdência privada de caráter complementar, 669
- 1.4 Assistência social, 670
- 2 Educação, cultura e desporto, 670
 - 2.1 Educação, 670
 - 2.1.1 Conceito, 670
 - 2.1.2 Princípios constitucionais do ensino, 671
 - 2.1.3 Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF), 672
 - 2.1.4 Universidades, 672
 - 2.1.5 Preceitos constitucionais sobre a educação, 672
 - 2.1.6 Organização dos sistemas de ensino, 673
 - 2.1.7 Aplicação obrigatória de recursos à educação, 673
 - 2.2 Cultura, 674
 - 2.3 Desporto, 674
 - 2.3.1 Preceitos constitucionais, 674
 - 2.3.2 Justiça desportiva, 675
- 3 Ciência e tecnologia, 675
- 4 Comunicação social, 675
 - 4.1 Comunicação social e liberdade de informação, 677
 - 4.2 Garantia constitucional do sigilo da fonte, 678
- 5 Meio ambiente, 678
 - 5.1 Constituição e proteção ao meio ambiente, 678
 - 5.2 Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente, 680
- 6 Família, criança, adolescente e idoso, 682
 - 6.1 Conceituação, 682
 - 6.2 Regras de regência das relações familiares, 682
 - 6.2.1 Princípio da paternidade responsável e exame do DNA, 683
 - 6.3 Tutela das crianças e dos adolescentes, 684
 - 6.4 Tutela aos idosos, 685
- 7 Índios, 686

Anexo A – *Quadro comparativo dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias individuais e coletivos*, 689

Anexo B – *Quadro comparativo dos direitos sociais*, 715

Anexo C – *Quadro comparativo das prerrogativas populares (nacionalidade, cidadania e soberania)*, 727

Anexo D – *Quadro comparativo do processo legislativo*, 773

Anexo E – *Quadro comparativo da reforma administrativa – EC nº 19/98*, 799

Bibliografia, 815

Índice remissivo, 829